Os Oficiais Mecânicos na cidade notável do Salvador

Maria Helena Ochi FLEXOR¹

Salvador, como primeira capital do Brasil teve, como Lisboa e Porto, privilégios especiais. Um deles foi o de ter representação dos ofícios mecânicos nas sessões do Senado da Câmara. A criação dos cargos de procuradores dos mesteres, hierarquicamente subordinados à Câmara, data da primeira metade do século XVII.

Os mesteres, por resolução de 21 de maio de 1641², e os oficiais mecânicos se reuniram, dois dias depois, por convocação da Câmara, e elegeram vinte e quatro representantes, escolhendo, entre eles, doze, um ou dois representantes de cada ofício, dos mais indispensáveis³. Seguiu-se o exemplo de Lisboa que possuía um ou dois representantes, a depender do ofício, na *Casa dos Vinte e Quatro*⁴.

Entre os doze, logo após, elegeu-se o juiz do povo e escrivão, aprovados com dois procuradores dos mesteres, por Alvará régio, de 28 de maio de 1644, na forma que os havia nas mais cidades do Reino e com as mesmas isenções e privilégios⁵. Controlavam as atividades dos companheiros, fixavam preços e avaliavam as obras. Era uma continuação das *guildas* medievais.

Elegeram-se outros juizes do povo e mesteres. Estes, porém, cada vez mais, infiltravam-se nas competências dos vereadores⁶ e estes outros procuravam, por sua vez, cercar o poder daqueles. Os antagonismo continuaram até que, em 1710, os vereadores deliberaram que o juiz do povo e mesteres só fossem às vereações requererem *aquilo que entendessem hera útil ao Povo*⁷ e que não assistissem as suas sessões.

Foram acusados de provocar reações populares contra a Câmara, o Governo e o Rei⁸ até que este, *por ter mostrado a experiência ser causa dos motins que tem havido em disserviço meo e do público desses moradores*, por Carta Régia, de 25 de fevereiro de 1713, extinguiu, *pelas mesmas razões* por que o fizera na Cidade do Porto, o cargo de juiz do povo e

¹ Professora da Universidade Católica do Salvador/UCSal; Professora da Universidade do Salvador/UNIFACS e Professora Emérita da Universidade Federal da Bahia/UFBA.

² RUY, Alfonso, *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador*. Salvador: Câmara Municipal do Salvador, 1953., p. 174.

³ ATAS DA CÂMARA (1641-1649). Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1949, v. 2, p. 16-18. Foram eleitos Afonso de Santiago, caldeireiro, Jorge Barreiro, correeiro, Domingos Gonçalves, alfaiate, Antônio Vieira, barbeiro, Francisco Vieira, ourives, Gonçalo Álvares, pedreiro, Francisco Rodrigues Braga, sapateiro, Custódio Fernandes, tanoeiro, Manoel Ferreira, barbeiro, Belchior Manoel, marceneiro, Manoel Lourenço, ferreiro, Antônio da Fonseca, alfaiate.

⁴ LANGHANS, Franz-Paul. As corporações dos ofícios mecânicos e a Câmara de Lisboa, *Revista Municipal*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1942, separatas; LANGHANS, F.-P. *A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa; subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1948; LANGHANS, F.-P. *As corporações dos ofícios mecânicos*. Lisboa: Imprensa Nacional, v. 1, p. LIX (estudo do Prof. Marcelo Caetano).

⁵ RUY, A. *Ob. Cit.*, p. 176.

⁶ Podiam intervir somente nas questões relacionadas ao bom governo dos ofícios mecânicos, abastecimento e preços dos gêneros.

⁷ RUY, A. *Ob. Cit.*, p. 181.

⁸ IDEM, p. 182-184.

mesteres, a pedido da Câmara. Ter essa representação era um privilégio das cidades notáveis e a própria Câmara pedia a extinção desses cargos representativos.

Os vereadores de 1715 e 1716 fizeram apelo ao Rei, D. João V, a fim de que novamente se instituisse os cargos de juiz do povo e mesteres, sem os quais ficava a *Cidade Capital do Estado do Brasil igual a mais humilde vila delle* e para que houvesse o sossego do bem comum⁹. Tudo inútil, os cargos estavam definitivamente extintos.

Os oficiais mecânicos perderam seus representantes junto ao poder público, os seus privilégios e suas atividades foram restringidas. A partir de então, apenas examinavam seus pares, através do juiz do ofício e seu escrivão, e avaliavam as obras realizadas em comum acordo com a Câmara.

Sem seus representantes junto à Câmara, outros dois fatores importantes, entre vários outros, contribuíram para enfraquecer a organização das *corporações* dentro dos moldes das de Lisboa. Em primeiro lugar, a presença do braço escravo, diferenciando as classes sociais, econômicas e profissionais, exercendo este alguns ofícios mecânicos, mormente aqueles que exigiam maior esforço físico¹⁰ ou que lidassem com sangue. Em segundo, por causa da instabilidade e das restrições político-administrativas a que estava sujeita a Câmara de Salvador, impostas, quer pelo Governo Geral, quer pela Corte¹¹.

Apesar disso, a Câmara e os oficiais mecânicos tentaram organizar suas *guildas*, mesmo sem poderes, isenções e privilégios, que haviam conquistado a partir de 1641 e que perderam em 1713.

Essas tentativas estão registradas nos manuscritos, existentes no Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal do Salvador, sob a guarda da Fundação Gregório de Mattos. Apesar da documentação ter sofrido várias interrupções, ou estar muito danificada, pode-se, de uma maneira genérica, estabelecer a história dos ofícios mecânicos do Salvador, correlacionando-a com a de Portugal.

Esses oficiais mecânicos regiam-se, em parte, pelo *Livro de Regimentos dos Officiais mecânicos*, de Lisboa de 1572, reformados pelo Marquês de Pombal, em 1771, nos quais foram baseadas as Posturas, estabelecidas pela Câmara de Salvador¹².

Ainda, sob a vigência do poder do juiz do povo e mesteres, os oficiais mecânicos requereram ao Rei para que, na cidade do Salvador, se observasse os *estilos* da Corte para poder eleger seus juizes em *casas particulares*, como a *Casa dos Vinte e Quatro*, de Portugal. Solicitada a opinião da Câmara, esta procurou esclarecer ao Rei as irregularidades e diferenças na observância dos *estilos*¹³. Na correspondência, dirigida à Sua Majestade, a Câmara comunicava que

Sendo os ditos Officiaes os que com vários pleitos e agravos se tem eximido de eleger juizes dos seus Officios e examinar se do anno de mil sete centos e hum ate o prezente (1704) sendo huma e outra Couza

⁹ IDEM, p. 185-188;

¹⁰ Os ofícios exercidos pelos escravos eram, principalmente, barbeiros, sapateiros e alfaiates (no geral, cada senhor de escravo de Salvador possuía um escravo de cada um desses ofícios), sangradores, aplicadores de sanguessugas, parteiras, vendeiras, polieiros, pedreiros, carapina e ferreiros (estes três últimos especialmente nos engenhos).

¹¹ VILHENA, Luiz dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapoá, v. 1, p. 55. Ver igualmente, relacionado aos próprios oficiais mecânicos CARTAS DO SENADO (1699-1710). Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1962. v. 5, p. 90-91.

¹² Ver CORREIA, Vergílio. *Livro dos Regimentos dos Officiaes Mecânicos*. Coimbra: Universidade, 1928. p. XIX e LANGHANS, F-P. *As Corporações...*, 2v.

¹³ CARTAS DO SENADO (1699-1710). *Loc. Cit.*

conforme ao estillo desse Reino se atrevem elles a queixar se a Vossa Magestade das ditas demandas requerendo ao mesmo tempo a observância dos estillos que até o prezente tem impugnado os quaes parece não deve Vossa Magestade mandar observar nesta Cidade por Lei por que assim como a Câmara dessa Corte e mais desse Reino as introduzirão segundo a cada huma mais conveniente parece podemos nos também estabelecer os que mais convenientes forem a este Estado que e m muitas cauzas discrepa desse Reino e com effeito neste Senado há Também neste particular estillo que a muitos annos nelle se pratica quaze conforme com o de Lisboa e so differente no modo das Eleições dos seus Juizes e Cartas dos seus examinados por que de se fazerem ditas Eleições fora deste Senado contra a forma que até o prezente se uza se lhes dá motivos aos Sobornos dezatençoens e tumultos que rezultarão de se fazerem em huma Caza particular e trazendo as assim feitas para se lhes dar o juramento vem este Senado a ser quaze constrangido a aprovar eleiçãoens que podem ter muitas nulidades não sendo obradas em sua presença e o quererem que os seus nomes sejam somente escritos nos Livros da Câmara he contra a Regalia que ella tem de os confirmar por Provição e dar-lhes nas Costas della o juramento estillo que se observa com os mais Officios e Officiaes que este Senado prove de Juizes Escrivaens pedamnios e outros que com exemplo não quererão servir com mais titulo nem com outro instrumento que o de estarem os seus nomes escritos nos livros delle e sobre os examinados foi ca sempre uso que com a Certidão dos examinadores lhes passamos suas Proviçoens o Senado¹⁴.

As eleições, apesar desse pedido, continuaram a serem realizadas, na sua grande maioria na Câmara, conforme o estilo desta.

Em Salvador, era à lista de preços das obras, que os oficiais executavam, que se chamava, vulgarmente *Regimento*. Essa lista era estabelecida de comum acordo com a Câmara, enquanto existiram os juizes do povo e mesteres, depois somente pela Câmara. Os *Regimentos* dos diversos ofícios constam nos Livros de Posturas da Câmara. Alguns artifices, entretanto, regiam-se pelos *Regimentos das Confrarias*¹⁵. Estes *Regimentos*, ou *Posturas*, da Câmara e os *Regimentos das Confrarias* ordenavam a vida pública e profissional dos oficiais mecânicos.

As *Posturas*, estabelecidas pela Câmara, eram lidas em pregões públicos, pelas praças e ruas públicas *costumadas* da Cidade, praia e seus arrabaldes, em vozes altas e inteligíveis, para que *fossem bem entendidas por todo povo*¹⁶.

Qualquer pessoa do povo podia denunciar os culpados pela violação das *Posturas* e tinha direito à terça parte das condenações ou *coimas*¹⁷. As penas impostas eram aplicadas pelos almotacés das execuções, a pedido dos juizes de ofício ou da Câmara.

Os primeiros livros de *Posturas* da Câmara de Salvador foram perdidos. Sabe-se que com

*a entrada dos Inimigos rebeldes de Olanda se havião perdido os livros da Câmara, e que se puzessem ... o treslado das posturas, que se havião feito antes disso, e estavam nos ditos livros perdidos das quaes ainda havia alguma noticia, por estar o treslado dellas em poder do escrivão da Almotacaria João Mendes Pacheco, as quaes de novo haviam por boas, e mandarão se copiassem como nellas se continhão, e que pelas penas nellas estabelecidas fossem executadas as pessoas que caissem em coima, e fossem contra ellas,...*¹⁸.

¹⁴ IDEM, p. 90-91.

¹⁵ As primeiras confrarias de oficiais mecânicos foram criadas, no Brasil, pelos Jesuítas. Ver LEITE, Serafim. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil; 1549-1760*. Rio de Janeiro: Brotéria, 1953. p. 29-31.

¹⁶ POSTURAS (1716-1742), L.º. 239, A.P.M.S., fl. 29.

¹⁷ Postura 81, 1710, livro de POSTURAS (1650-1787), L.º. 236, A.P.M.S., fl. 50. Repetida nos outros livros de *Posturas*.

Com referência aos oficiais mecânicos, essas *Posturas da Câmara desta cidade, que de novo se mandão cumprir, e executar nas pessoas que forem contra ellas* (1625):

- que nenhum official de qualquer officio ponha tenda sem licença da Câmara, e fiança nella, e seja examinado, e tenha seu regimento a porta, penna de seis mil reis..... 6\$000¹⁹
- que todos os Officiais serão obrigados a acompanharem a bandeira os dias das porções del Rey, pena de seis mil reis..... 6\$000²⁰

Os oficiais²¹ pediam a licença à Câmara, ocasião em que pagavam fiança, válida por um ano, ou seis meses para aqueles que recebiam pagamento de terceiros²². Seus nomes, e por vezes os endereços, e tipo de atividade eram registrados em livros próprios²³. As licenças para escravos eram tiradas em nome de seus senhores, os quais pagavam a fiança. Poucos foram os oficiais que cumpriram com regularidade estas duas obrigações. Normalmente tiravam apenas a licença. Nem todos se submetiam à exames.

Para cumprir as tarefas oficiais, cada ofício possuía um ou dois juizes e um escrivão. As eleições continuaram a se realizar na Câmara, na forma do *estilo* desta. Eram eleitos dois juizes e um escrivão, pelos demais oficiais, no mesmo dia e frente aos Vereadores a *mais votos*. Registravam-se os termos de eleições²⁴ em livro próprio e os eleitos eram designados para seus cargos por Provisão do Senado²⁵.

Em Lisboa, e outras cidades do Reino, só podiam ser eleitos os oficiais mecânicos que fossem mestres e, como escrivão, aqueles que soubessem ler, escrever e contar²⁶. Nos Regimentos de 1572 e 1771, de Lisboa, constava que não podiam ser reeleitos para o cargo senão três anos, após terem-no ocupado a última vez, salvo os casos em que não houvessem oficiais categorizados²⁷. Em Salvador, entretanto, por carência de homens com as qualidades requeridas, foram eleitos os mesmos juizes e escrivães por anos consecutivos. O espírito de liderança e o maior empenho de alguns, deve ter exercido certa influência para que a escolha recaísse sobre determinados representantes consecutivamente.

¹⁸ ATAS DA CÂMARA (1625-1641). Bahia: Prefeitura Municipal do Salvador, 1966. v. 1, p. 5.

¹⁹ IDEM, p. 6. Repetida praticamente com o mesmo texto na Postura 5, 1631, Livro 1º de POSTURAS (1650-1787), Lº 236, A.P.M.S., fl. 2; Postura 47, 1710, Lº 2º, *Loc. Cit.*, p. 44; Postura 36, 1716, Lº 3º, *Loc. Cit.*, fl. 82; Postura 31, 1690 (cópia), no livro POSTURAS (1690-1696), Lº. 237, A.P.M.S., fl. 10v; Postura 43, 1716, no livro de POSTURAS (1716-1742), Lº. 238, A.P.M.S., fl. 8.

²⁰ IDEM, Repetida nas Posturas 10, 1631, Lº. 1º no Livro de POSTURAS (1650-1787), *Loc. Cit.*, fl. 2v; Postura 48, 1710, Lº 2º, Idem, fl. 44v; Postura 37, 1716, Lº 3º, Idem, fl. 82; Postura 39, 1690 (cópia), *Loc. Cit.*, fl. 12; Postura 44, 1716, Livro de POSTURAS (1716-1742), *Loc. Cit.*, fl. 8.

²¹ Existiam, na Cidade do Salvador, os seguintes ofícios, denominados mecânicos: barbeiro, sapateiro, carpinteiro de obra branca ou de edifícios, carpinteiro das naus da ribeira, carapina, correio, dourador, espadeiro, esparteiro, ferreiro, latoeiro, marceneiro, ourives do ouro e da prata, parteira, pasteleiro, pedreiro, policieiro, sangrador, seleiro, serralheiro, sombreiro, tanoeiro, tintureiro, torneiro, alfaiate, anzeleiro. Muitos dos que existiam em Lisboa não passaram para o Brasil por não serem de primeira necessidade ou, então, se anexaram a outros ofícios.

²² As licenças aparecem registradas na Câmara somente a partir de 1785.

²³ LICENÇAS (1785-1791), Lº 222, A.P.M.S.; Idem (1789-1791), Lº 223; Idem (1797-1801), Lº 224; Idem (1801-1811), Lº 225; Idem (1820-1929), Lº 226.

²⁴ OFFICIAES MECHANICOS (1765-1798), Lº 538, A.P.M.S., fl. 175v.

²⁵ PROVISÕES DO SENADO (1811-1829), Lº. 154, A.P.M.S., fl. 6v.

²⁶ Hierarquicamente classificavam-se os oficiais mecânicos em mestres, oficiais e aprendizes. Não existia, pelo menos em Salvador, a categoria de meio-oficial de que dá notícia José Mariano Filho. MARIANO FILHO, José. *Estudos de arte brasileira*. Rio de Janeiro, 1943. p. 11, e repetida por Serafim Leite. LEITE, Serafim. *Ob. Cit.*, p. 26. Existiam os oficiais jornaleiros e os escravos eram admitidos como obreiros.

²⁷ CORREIA, V. *Ob. Cit.*, p. 238-239.

As eleições eram efetuadas anualmente. Os Regimentos de Lisboa previam essas eleições em datas fixas para cada ofício, ocasião em que os representantes de cada um deles se reuniam e elegiam seus juizes e escrivães. De acordo com os registros dos termos de eleições, essa norma não foi seguida em Salvador. As datas das eleições variavam de ano para ano.

Como se disse, os juizes e escrivães eleitos eram confirmados no cargo, por Provisão do Senado, com sinais e selo, para um período de um ano, *ate o Último de Dezembro*. Nas do documento se transcrevia o termo de juramento dos Santos Evangelhos para que *bem e diretamente* servissem o ofício, guardando o *Serviço de Deos e de Sua Magestade* ²⁸.

Aos juizes cabia efetuar as examinações dos que desejassem exercer as atividades mecânicas, visitas periódicas às tendas e lojas, avaliações e vistorias das obras de seu ofício e, por convocação, as da Câmara.

Os exames constavam da confecção de uma obra, própria do ofício, ou então de questionário sobre os principais conhecimentos que deviam possuir para exercer seus respectivos ofícios. Os examinadores davam, se o candidato era considerado habilitado²⁹, uma certidão de exame que devia ser apresentada à Câmara, onde era registrada em livro próprio e o candidato recebia, transcrita na própria certidão de examinação, uma carta de exame, confirmação da certidão e termo de juramento de bem exercer sua profissão. As certidões eram assinadas pelos juizes e escrivão do ofício, e por este feita, e a carta era concedida pela Câmara, assinada pelo Juiz de Fora, Vereadores e Procurador. Na ocasião da apresentação da certidão, prestavam juramento, segundo o qual ficavam sujeitos às Posturas do Conselho da Câmara e mais acórdãos da Mesa de Vereação e de não valerem-se de privilégio algum.

Os juizes e escrivães não podiam examinar seus familiares, como filhos e parentes até quarto grau, cunhados ou aprendizes. Deviam requerer à Câmara para que lhes desse outro juiz, do ano anterior. Também essa norma não foi seguida rigidamente.

As cartas de examinação e licenças davam direito aos oficiais mecânicos de exercerem seus ofícios, e os mestres terem tenda aberta, na Cidade do Salvador e seu termo.

Os oficiais ou mestres estrangeiros, ou vindos de outras regiões do Brasil, ou de qualquer parte do Reino, deviam apresentar sua certidão à Câmara. Examinada e tida como verdadeira e não tendo *vicio algum que duvidosa a fisesse*, era confirmada, debaixo da condição de que o requerente ficasse sujeito, enquanto residisse na Cidade ou seu termo, às mesmas obrigações que os demais oficiais. Em caso de não possuírem certidão de exame, ou carta, deviam submeter-se aos exames feitos pelos juizes do ano.

Uma postura, de 1716, previa que, na falta de examinação, era necessária a licença do Senado da Câmara para terem tenda pública³⁰, tornando facultativo, de certa forma, o exame.

A malícia dos oficiais mecânicos, na Bahia, deu origem a *acrescentamentos* às antigas Posturas e, em fins do século XVIII, com respeito às cartas de examinações e licenças, dizia-se

²⁸ PROVISÕES DO SENADO (1699-1726), L^o 146, A.P.M.S.; Idem (1741-1755), L^o 147; Idem (1754-1770), L^o 148; Idem (1770-1788), L^o 150; Idem (1788-1798), L^o 151; Idem (1811-1829), L^o 154.

²⁹ Se não fosse habilitado na primeira examinação, deveria submeter-se a um segundo exame seis meses depois, tempo em que ficava, como aprendiz, na tenda ou oficina de um mestre e se, outra vez inabilitado, voltava novamente seis meses após e assim sucessivamente.

³⁰ Postura 10, 1716, no livro de POSTURAS (1716-1742), *Loc. Cit.*, fl. 9v.

Que nenhum official, ou qualquer outra pessoa, cujo trato careça, de licença carta de exame digo do Senado da Camara para usar della não se valha de licença, carta de exame, ou Regimento concedido a diversa pessoa tomando para esse fim o nome de terceiro auzente, ou defunto... o não faça antes tire as ditas Licenças em Seu nome com pena de Seis mil Reis e trinta dias de Cadea pela malicia com que Se ouver neste Requerimento³¹.

Muitos artífices trabalhavam como jornaleiros para algum mestre, fugindo à obrigação de tirar a licença necessária e submeter-se aos exames ou, ainda, trabalhando de parceria com oficiais licenciados.

Não podiam tomar as obras que não fossem de seu ofício, sob pena de cadeia e multa, o que era uma forma de garantir a boa execução das obras.

Deviam ter o seu Regimento à porta, rezando a Postura

Que nenhum official de qualquer officio esconda A taxa do Seu officio cazo que a tenha, a qual vulgarmente Se chama Regimento antes a pender se a porta da mesma tenda para que o povo Lea nella os preços das Obras, que lhe vai encomendar pena de quatro mil Reis³².

Todos os oficiais mecânicos eram obrigados a acompanhar a bandeira da Confraria e de seu Santo³³ nos dias das procissões do Rei, ou do Senado, sob pena de multa.

À Igreja cabia o cerimonial litúrgico, enquanto que o brilhantismo do acontecimento dependia do Senado da Câmara. Esta dividia os grupos de homens por profissões, elegia um encarregado dos festejos, que assinava um termo de responsabilidade³⁴.

Era uso, em Lisboa, se realizarem tais procissões *Del Rey*, regidas pelas Ordenações Filipinas, uso este que passou para o Brasil³⁵. As procissões do Rei, patrocinadas pela Câmara, eram, além da de *Corpus Christi*³⁶, as de São Sebastião, São Felipe e Santiago, Santo Antônio de Arguim e São Francisco Xavier³⁷. Todos os artífices deviam comparecer

³¹ Postura 49, 1710, L^o 2^o do livro de POSTURAS (1650-1787), *Loc. Cit.*, fl. 44v; Postura 38, 1716, idem, fl. 82; Postura 40, 1690, L^o 1^o (cópia) no livro de POSTURAS (1690-1696), *Loc. Cit.*, fl. 12.

³² Postura 10, 1613, L^o 1^o no livro de POSTURAS (1650-1787), *Loc. Cit.*, fl. 2v; Postura 46, 1710, idem, fl. 44. Repetidas nos mesmos termos em outros livros.

³³ Para Portugal ver LANGHANS, P-P. *As corporações...*, v. 1, p. XLII, XLVII.

³⁴ RUY, A. *Ob. Cit.*, p. 166.

³⁵ Idem, p. 163.

³⁶ A festa de *Corpus Christi* parece ter caído em desuso nas cidades brasileiras a partir de 1668, segundo informa Balthazar Lisboa. *Cit. por FAZENDA, José Vieira. As bandeiras dos ofícios, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 140, t. 86, p. 152-158, 1921. A Câmara de Salvador, em 1673, notificava: *por auer crescido muito todos os ofícios, E estauão alguns sem Concorrerem para as ditas procissões Com Parte nem Couza alguã*, concordaram os oficiais dessa Câmara de Salvador, estando presentes o Juiz do Povo e Mesteres, que os oficiais de carpinteiro deviam dar a bandeira de costume e a armação de madeira para a *serpe*, e madeira que se precisasse, entrando nesta obrigação os marceneiros e torneiros. Os oficiais de alfaiate dar a bandeira de costume e o pano com que se cobria a *serpe* pintado e aparelhado. Uns e outros dar os negros necessários para carregar a *serpe*. Os sapateiros dar a bandeira de costume e o *drago*; os pedreiros uma bandeira, os tintureiros, sombreiros, funileiros e tanoeiros dar uma bandeira e quatro cavallinhos fuscões; os padeiros e confeitores dois gigantes e uma gigante e o anão, que o vulgo chamava *Pai dos gigantes*. Os ferreiros, serralheiros, barbeiros, espadeiros, correiros, todos estes pertenciam à Confraria de São Jorge e eram obrigados a dar uma bandeira ou guião, conforme o costume, e o Santo de vulto, na charola, sendo este Santo de *figura a cavallo*, armado com pagem, alferes, trombeta, tambores e seis sargentos da guarda, todos vestidos decentemente e armados. As vendeiras de porta, taverneiros e taverneiras e esparteiros dar quatro danças. Os marchantes dar três tourinhas. Na falta com essa determinação prometia-se pena de seis mil reis pagos da cadeia. A coima seria dada para as obras da Câmara e Cadeia nova. ATAS DA CÂMARA (1699-1684), v. 5, p. 114.

³⁷ As procissões de *São Sebastião criada em memória do Serensissimo Rei D. Sebastião, a de Sam Felipe Santiago em açam de Graças da felice restauração desta Cidade e a de Santo Antonio de Arguim cuja criação foi por rezam*

a essas procissões, com as bandeiras das respectivas profissões e insígnias dos ofícios mecânicos.

Os acrescentamentos, feitos às Posturas, em 1742, determinavam que os oficiais mecânicos, nas procissões do Senado, e nas mais em que eram obrigados a levarem bandeiras, deviam ir com toda a modéstia, quietação e compostura, vestidos com suas casacas e gravatas e não com capotes, como até então vestiam, sob pena de seis mil réis de multa, paga da cadeia onde estariam presos por trinta dias³⁸.

Essas procissões foram extintas em 1828, depois da Independência do Brasil, com exceção da de *Corpus Christi*³⁹. A de São Francisco Xavier foi restabelecida por volta de 1860, por ser padroeiro da Cidade⁴⁰.

Por esse período, começam, também, a desaparecer os documentos referentes aos ofícios mecânicos. As profissões passaram a serem exercidas, independentemente de qualquer intervenção da Câmara, dentro da nova organização por que passaram as Câmaras Municipais brasileiras⁴¹, exceto a licença para efetuar comércio. Longe do quadro da nova realidade brasileira independente, os registros ainda são encontrados até 1830, pouco mais ou menos.

Entre esses oficiais mecânicos, tomou-se especialmente aqueles que estavam ligados aos ofícios responsáveis por construções e mobiliário, ou seja marceneiros⁴², torneiros, carpinteiros, correeiros e serralheiros. Os carpinteiros trabalhavam diretamente nas obras de construção, enquanto os marceneiros e torneiros executavam as obras de mobiliário, e os outros contribuíam com o material acessório.

Os correeiros⁴³ e os serralheiros⁴⁴ regulamentavam-se por Posturas próprias. Somente em 1785 encontram-se, nos Livros de Posturas, o *Regimento dos Marceneiros*⁴⁵. Regiam-se mais ou menos pelo Regimento de Lisboa e, em parte, pelo da Confraria de São José dos pedreiros e carpinteiros. O *Regimento dos Marceneiros* de Salvador, diferia

dos inimigos o tomar na força de Arguim tratando mal o Santo o faz dar a Costa da dita Capitania e apareceu o Santo em huma pedra em pe. CARTA DO SENADO (1673-1673), v. 1º, p. 68; PROVISÕES REAES (1641-1680), Lº 134 (cópia), A.P.M.S., fl. 125v, 126rv.

³⁸ Postura 171, 1742, Lº 3, no livro de POSTURAS (1650-1787), Lº 236, A.P.M.S., fl. 117; POSTURAS (1716-1742), Lº 228, *Loc. Cit.*, fl. 32v.

³⁹ RUY, A. *Ob. Cit.*, p. 167.

⁴⁰ A de São Francisco Xavier foi instituída por voto solene do povo, a 10 de maio de 1686, como padroeiro da Cidade, tendo a Confraria dessa invocação sido instalada com capela na Igreja Catedral em 16 de setembro de 1755. O culto que havia sido extinto, com os demais em 1828, foi restabelecido, em 1860 pela mesma Confraria. PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA (Religião) A.P.E.B., 1855-1874.

⁴¹ Lei de 1º de outubro de 1828. Em Portugal, o Decreto, de 7 de maio de 1834, do Duque de Bragança, extinguiu os ofícios, bandeiras, Casa dos Vinte e Quatro, procuradores dos mesteres e juiz do povo.

⁴² Em Salvador, à exceção dos carpinteiros de móveis e samblagem portugueses, vindos no fim do século XVIII, não se fazia distinção entre os oficiais que faziam obras de samblagem ou de talha. Não foram encontradas referências a registros de cartas de exames, eleições ou provisões dadas a entalhadores, com exceção de Tomás Rodrigues de Santana que, a partir de 1790 começou a solicitar licença à Câmara para ter tenda de entalhador na Rua das Laranjeiras. LICENÇAS (1785-1791), Lº 222, A.P.M.S. Em 1797, entretanto, aparece como marceneiro. (OFICIAES MECHANICOS (1765-1798, Lº 538, A.P.M.S., fl. 109) para, a partir de 1819, começar a solicitar licença para vender obras de marcenaria. LICENÇAS (1815-1820, Lº 226, A.P.M.S.

⁴³ Postura a fl. 19, Lº 1º, 1672, no livro de POSTURAS (1650-1787), *Loc. Cit.*; Postura 131, 1710, Lº 2º, no livro de Posturas (1650-1787), *Loc. Cit.*, fl. 56v; Postura 109, 1716, Lº 3º, no Livro de POSTURAS (1650-1787, *Loc. Cit.*, fl. 95; Postura 21, 1785, Lº 4º, no livro de POSTURAS, (1650-1787, *Loc. Cit.*, fl. 130.

⁴⁴ Postura a fl. 18v, Lº 1º, 1672, no livro de POSTURAS (1650-1787), *Loc. Cit.*; Postura 127, Lº 2º, no Livro de POSTURAS (1650-1787), *Loc. Cit.*, fl. 56; Postura 105, 1716, Lº 3º, no livro de POSTURAS (1650-1787), *Loc. Cit.*, p. 94.

⁴⁵ Postura 27, 1785, Lº 4º, no livro de POSTURAS (1650-1787), *Loc. Cit.*, fl. 131rv.

daquele de Lisboa, somente nos casos em que foram incluídos, ou excluídos, os negros escravos ou libertos.

Nos princípios do século XVIII, pediram licença à Câmara diversos oficiais e mestres marceneiros, torneiros e ensambladores, oriundos do Norte de Portugal⁴⁶, enquanto que, para o fim do mesmo século, vários *carpinteiros de móveis e samblagem*⁴⁷, provenientes de Lisboa, passaram a trabalhar em Salvador.

Seguindo o costume do Porto, Viana ou Lisboa, apresentavam suas certidões e cartas de exame à Câmara de Salvador, como foi dito anteriormente, e esta lhes passava, como o fazia a todos vindos do Reino, uma licença geral⁴⁸ ou, simplesmente, registrava suas cartas⁴⁹.

Dos naturais da terra, e portugueses que haviam iniciado sua atividade mecânica em Salvador, poucos foram os que se submeteram aos exames⁵⁰. Grande parte dos marceneiros pedia simplesmente sua licença, pagando fiança, para ter tenda aberta ou loja para *vender móveis ou trastes usados*. Pelas licenças, verifica-se que não eram raros os casos em

⁴⁶ João do Couto, ensamblador, certidão de 1692, do Porto, licença da Bahia de 15.12.1706. CARTAS DE EXAMINAÇÕES DOS OFFICIAIS MECHANICOS, L^o 189, A.P.M.S., fl. 41; Gaspar dos Reis de Souza, marceneiro, certidão do Porto, licença da Bahia, de 11.5.1707. IDEM, fl. 48; Luis da Silva, ensamblador, certidão de 1698, do Porto, licença da Bahia, de 9.4.1707. IDEM, fl. 48v; Manoel Luis Pinto, torneiro, certidão de 1701, do Porto, licença da Bahia de 22.6.1725. CARTAS DE EXAMINAÇÕES, L^o 190, A.P.M.S., fl. 83; Manoel João, ensamblador, certidão de 1727, do Porto, licença da Bahia, de 30.1.1728. IDEM, fl. 74v; Tomás Ferreira, marceneiro e torneiro, certidão de 1723, de Viana, licença da Bahia de 8.5.1728. IDEM, fl. 75v; Simão Henrique, marceneiro e torneiro, certidão de 1697, do Porto, licença da Bahia de 23.2.1732, IDEM, fl. 87; João Luis, torneiro, certidão de 1697, de Lisboa, licença da Bahia de 21.1.1725, IDEM, fl. 132; Manoel Vieira, marceneiro e torneiro, certidão de 1704, de Lisboa, licença da Bahia de 11.6.1721, IDEM, fl.152; Manoel de Souza, ensamblador, certidão de 1710, do Porto, licença da Bahia, de 16.8.1721, IDEM, fl. 153; Pascoal de Araújo, torneiro, certidão de 1718, de Viana, licença da Bahia, de 1.12.1724, IDEM, fl. 169. Até os meados do século constavam várias licenças dadas a portugueses, sem contudo darem a procedência dos mesmos: Manoel de Souza Ribeiro, marceneiro, licença da Bahia de 26.6.1745. CARTAS DE EXAMINAÇÕES, LO 191, A.P.M.S., FL. 22V; Antônio da Costa Cordeiro, marceneiro, licença da Bahia de 25.5.1748, IDEM, fl. 44v; Mario de Souza, marceneiro, licença da Bahia de 25.1.1749, IDEM, fl. 46v; Manoel Teixeira Ferreira, marceneiro, licença da Bahia de 10.11.1751, IDEM, fl. 93v; João Ribeiro de Oliveira, marceneiro, licença da Bahia de 3.8.1753, fl. 105v.

⁴⁷ João Batista, carpinteiro de móveis e samblagem, certidão de Lisboa, de 1801, carta de Lisboa, de 1805, licença da Bahia de 7.2.1810. CARTAS DE EXAMINAÇÕES, L^o 192, A.P.M.S., fl. 293v; José Joaquim Vitorino, carpinteiro de móveis e samblagem, certidão de Lisboa, de 1799, carta de Lisboa, do mesmo ano, licença da Bahia de 12.9.1810, CARTAS DE EXAMINAÇÕES, L^o 193, A.P.M.S., fl. 17v; Antônio Guilherme Coelho, carpinteiro de móveis e samblagem, certidão e carta de Lisboa, de 1807, licença da Bahia, de 15.5.1811. IDEM, fl. 22; Antônio Feliz da Silva, carpinteiro de móveis e samblagem, certidão e carta de Lisboa, de 1798, licença da Bahia de 27.4 (ou 5). 1812, IDEM, fl. 40v; Antônio José Pedrosa, carpinteiro de móveis e samblagem, sem procedência, licença da Bahia de 27.10.1819, IDEM, fl. 68; João Pedro Correia, carpinteiro de móveis e samblagem, carta de Lisboa, de 1812, que somente foi registrada sem fornecer a data da licença da Bahia, IDEM, fl. 69v, provavelmente 1819. Em Lisboa, ao fim de muitos anos – meio século – de litígios, entre carpinteiros da Rua das Arcas e os marceneiros, *ponderando-se na Casa dos Vinte e quatro desta Corte, a grande desordem, em que nella vivião, os dois officios de Carpinteiro chamado da rua das arcas, que com o officio de Marsineiro, tinham conexão entre si, e melhorar-se; de Sorte, que o outro ficasse com grande diminuição, o que tinha causado entre hum, e outro muitos, e continuados pleitos determinaram os Deputados da dita Caza, se fizesse huma representaçã ao Senado da Camara, para que ordenasse se unissem estes dois officios, para que assim ficassem Conservando huma paz firme, e cessarem entre elles, todas as ocazioens de pleitos, e disputas; que a perturbe, ficando ambos denominando-se daqui em diante por Carpinteiros de moveis, e Sambrage, a qual reprezentaçã aprovou o Senado, por Seu despacho de dezasseis de Outubro do prezente anno de mil sete centos, sessenta e sete, dando a incumbência ao juiz do povo, Felipe de Campos para fazer um novo Regimento.* LANGHANS, F.-P. *As corporações...*, v. 1, p. 495-505.

⁴⁸ Ver CARTAS DE EXAME (1713-1723), L^o 190, A.P.M.S., fl. 87.

⁴⁹ Ver REGISTO DE CARTAS E EXAME (1810-1829), L^o 193, A.P.M.S., fl. 17v, 18rv, 19.

⁵⁰ Constam poucos registros de examinações entre os manuscritos da municipalidade. Os sapateiros e alfaiates foram mais regulares no cumprimento da Postura que os obrigava a serem examinados.

que os marceneiros possuíssem duas tendas, ou uma tenda e uma loja, para vender móveis, embora fosse proibido.

As certidões, apresentadas à Câmara, e os alvarás de carta por ela fornecidos, seguiam, com adaptações locais, o formulário daquelas expedidas na Corte⁵¹.

A partir dos meados do século XVIII, passou a constar das certidões de exame dos marceneiros aprovados, terem os mesmos *Satisfeito a Sua esmola ao Glorioso Patriarcha o Senhor S. Jozé*. Por essa época organizou-se a Confraria de São José, constituída pelos carpinteiros e pedreiros e agregados à bandeira. Entre esses agregados estavam os marceneiros e torneiros, canteiros e alvéneos. Tinham capela privativa do patrono, na antiga Sé de Salvador, onde se realizavam, contrariando o *estilo* da Câmara, as eleições dos juizes do ofício de carpinteiro e pedreiro, e para a mesa da confraria⁵².

O levantamento desses artesãos, com várias indicações, incluindo os juizes e escrivães eleitos, constam de relação separada, que está sendo elaborada, na tentativa de cadastrar esses oficiais mecânicos para conhecer suas origens e atividades exercidas em Salvador⁵³. Já foram levantados cerca de 1025 nomes de profissionais, entre 1549 e 1919, indicando nome, ocupação, datas limites apontadas em documentos, e informações, quanto à vida profissional e obras, que apontam origens diversas, mas, especialmente, em relação a Portugal das regiões do Porto, Braga e Lisboa⁵⁴ e, secundariamente, de Guimarães e Viana.

Aqui destacam-se os marceneiros, como José Rodrigues Marrecos⁵⁵, que exerceu sua atividade em fins do século XVII e princípios do XVIII; Gaspar dos Reis Souza, originário do Porto que, embora registrasse sua certidão somente em 1707⁵⁶, serviu de primeiro juiz no ano anterior⁵⁷. Também se deve citar Manoel de Souza Ribeiro, de origem portuguesa, de região não indicada, que solicitou sua licença somente em 1745⁵⁸, embora tivesse servido de juiz em 1725⁵⁹. Ainda têm-se as figuras de Tomás de Arruda Pimentel, Belchior Francisco da Cruz que ocuparam, por várias vezes, os cargos de juizes, bem como os

⁵¹ Vide CARTAS DE EXAMINAÇÕES (1770-1807), L.º 192, A.P.M.S., fl. 224v-115.

⁵² Para Lisboa ver LANGHANS, F.-P. *As corporações...*, v. 1, p. 294; v. 2, p. 292, 299. Encontra-se, no Arquivo de Marinha e Ultramar, de Lisboa, um exemplar do COMPROMISSO e Regimento Econômico dos Offícios de Carpinteiro e de Pedreiro e dos mais agregados a Bandeira do GLORIOZO S. IOZE e sua Confraria erecta na SEE CATHEDRAL DA CIDADE da Bahia Dedicado ao mesmo Gloriozo Santo e Feito na dita Cidade no Anno de 1780. AHU, doc. n.º 1283, AHU, Lisboa. É interessante notar que esse Compromisso foi, praticamente, copiado do Regimento e Compromisso da Mesa dos Offícios de Pedreiros e Carpinteiros da Bandeira do Patriarca São Joseph anno de 1709, de Lisboa. LANGHANS, F.-P. *As corporações...*, v. 1, p. 274-282, com exceção de alguns capítulos e alguns acrescentamentos. Acrescentaram, no item 5, do Cap. VIII (correspondente ao Cap. 4.º – Dos Juizes do Officio -, p. 278, de Lisboa): *Não poderá ser admitido ao dito exame Negro de qualidade alguma e só sim Pardo que seja forro pello Pay assim o permitir e*, no Cap. X (correspondente ao Cap. 2.º – Das obrigações do officio pertencentes ao commum -, p. 279, de Lisboa): *Na mesma forma incorrerá qualquer Mestre que tomar aprendiz que seja Negro; nem ainda Mulato cativo; pois só ensinará Brancos e Mulatos forros*. Esse Compromisso não se refere explicitamente aos marceneiros. Acredita-se, no entanto, que os marceneiros sempre acompanharam a Bandeira de São José nas procissões e festas e que nos meados do século XVIII a ela se agregaram. Vieira Fazenda nos dá notícias da existência de documentação da Confraria de São José no Rio de Janeiro, nos Arquivos da Antiga Irmandade de S. José, também dos carpinteiros e pedreiros. FAZENDA, V. *Ob. Cit.*, p. 157-158.

⁵³ As datas correspondem aos limites entre os quais encontram-se referências nos manuscritos e outros documentos.

⁵⁴ AZEVEDO, T. *Ob. Cit.*, p. 226-227.

⁵⁵ Seu filho, Manoel Rodrigues Marrecos, também exerceu a atividade de marceneiro no principio do século XVIII.

⁵⁶ CARTAS DE EXAMINAÇÕES (1690-1712), L.º 189, A.P.M.S., fl. 48.

⁵⁷ IDEM, fl. 17, 20, 22v, 23v, 31rv, 32, 33, 35, 40v, 50v.

⁵⁸ IDEM (1741-1770), L.º 191, fl. 22v.

⁵⁹ IDEM (1713-1725), L.º 190, fl. 59v, 65, 115, 122, 123v.

Gomes Romão – José Gomes Romão, que exerceu sua atividade entre 1756 e 1808, e Vitorino Gomes Romão, igualmente juiz por várias vezes ou, ainda, José Dias Pessoa⁶⁰.

Entre 1700 e 1705, foi registrado, nos livros da Câmara, um número reduzido de marceneiros⁶¹. Até os meados do século XVIII quase todos se examinavam nos ofícios de marceneiro e torneiro. Uma vez examinados, podiam usar de seus ofícios em sua tenda *assim de Obra preta como de branca*, isto é, móveis (preta) e de carpintaria (branca)⁶², enquanto que os carpinteiros podiam executar somente as obras brancas ou carpintaria de edifícios. Houve, no entanto, aqueles que exerciam todas as atividades, como Luiz Adriano da Silva (1792-1805), que solicitou várias licenças à Câmara, ora para exercer o ofício de marceneiro, ora de carapina, carpinteiro ou mesmo para vender madeiras, tendo sido juiz de marceneiro em 1804⁶³, ou Lourenço da Porciúncula que, sendo carpinteiro, compareceu às eleições dos marceneiros em 1809⁶⁴.

A divisão das obras entre os marceneiros, carpinteiros⁶⁵, torneiros e entalhadores sempre foi muito mais teórica do que realmente prática. Houve sempre intromissões de uns nas tarefas dos outros, intromissões estas que geraram, tanto na cidade do Rio de Janeiro, quanto na de Lisboa, conflitos que, por vezes, tomaram grandes proporções⁶⁶.

A grande maioria dos marceneiros e torneiros era de brancos, sendo raros os pretos e mulatos forros ou escravos, ou que, pelo menos, tinham licença dada pela Câmara. Têm-se os exemplos de José Teixeira, preto forro (1740)⁶⁷, Bento, escravo do Padre Bernardo Francisco Pereira (1788)⁶⁸, Luiz Antônio (1801-1802), Antônio (1805), Ambrósio (1805-1806) escravos de João Ribeiro de Vasconcelos⁶⁹, João (1804), escravo do Capitão Antônio da Rocha Barros⁷⁰, João Batista de Santana, crioulo forro (1804-1827)⁷¹, José de Souza, crioulo (1816-1822)⁷².

Supõe-se que os marceneiros brancos possuíam vários oficiais e escravos sem que estes fossem examinados na Câmara, pois a profissão, pelo que se sabe, não era rigorosamente regulamentada.

Dentre esses brancos, vários militares exerceram o ofício de marceneiro, como o Alferes Manuel de Souza Ribeiro (1725-1745)⁷³, Capitão Alberto Coelho Pereira (1787-1802), Ajudante Francisco do Rosário Coutinho (1787-1797), Capitão Lourenço Julião

⁶⁰ IDEM, L^o 189, 190, 191, 192, 193; PROVISÕES DO SENADO, L^o 146, 147, 148, 150, 151, 154; OFICIAIS MECHANICOS, L^o 538, 539, A.P.M.S. Mais recentemente esse acervo passou para a guarda da Fundação Gregório de Mattos e a classificação, ainda não verificada, foi modificada.

⁶¹ Época em que os oficiais mecânicos solicitaram ao Rei para se eleger juiz fora da Câmara.

⁶² O direito de executar obras brancas é acusado nas cartas de examinações entre 1740 e 1760.

⁶³ Licença em 1794 para vender madeiras. LICENÇAS (1792-1796), L^o 223, A.P.M.S.; Licença de 1795 a 1802 para carapina Idem e LICENÇAS (1797-1801), L^o 224; LICENÇAS (1801-1811), L^o 225, A.P.M.S. Licença em 1803, para marceneiro, Licenças (1801-1811, L^o. 225, A.P.M.S.

⁶⁴ Essa eleição escolhia a Antônio dos Santos e João de Souza Ferreira para juiz e escrivão respectivamente. Foi considerada sem efeito *por não concordarem os mesmos officiaez nos eleitoz*, assinado por José Vicente de Santana que permaneceu como juiz. Tirou licença para marceneiro em 1816 e 1821. LICENÇAS (1815-1820), L^o. 226, A.P.M.S.; LICENÇAS (1820-1829), L^o. 227, A.P.M.S.

⁶⁵ Ver LANGHANS, F.-P. *As corporações*, 2v.

⁶⁶ IDEM, v. I, p. 267 e segs.; SANTOS, Noronha. *Ob. Cit.*, p. 295.

⁶⁷ CARTAS DE EXAMINAÇÕES (1713-1725), L^o 190, A.P.M.S., fl. 140-141.

⁶⁸ Licença em 1788. LICENÇAS (1785-1791), L^o 222, A.P.M.S.

⁶⁹ Licenças em 1801 e 1802, 1805, 1806. LICENÇAS (1801-1811), L^o. 225, A.P.M.S.

⁷⁰ Licença em 1804. IDEM.

⁷¹ Licença em 1804. IDEM.

⁷² Licença em 1817. LICENÇAS (1815-1820), L^o 226, A.P.M.S.

⁷³ Era de origem portuguesa.

dos Reis (1788-1804), Tenente Pedro Teixeira Magalhães Garcia (1788-1809). Todos exerceram cargos de juiz ou escrivão do ofício. Normalmente eram das Tropas Auxiliares, que não eram remuneradas, donde terem obrigação de se ocuparem com algum ofício remunerado.

Com a morte do marido, a viúva tinha o direito de encabeçar os seus negócios. Assim é que são encontrados os nomes de Joana Luiza de Jesus (1820-1821)⁷⁴ e Catarina Ferreira (1822), pedindo licença para vender móveis⁷⁵.

Para ordenar os profissionais, no espaço da cidade, a Câmara, por Postura de 1785, tentou estabelecer as *arruações*⁷⁶ dos ofícios⁷⁷. Aos marceneiros, porém, não foi designada nenhuma área específica. Pelas licenças e termos de eleições, verifica-se que possuíam tendas ou *lojes* em vários pontos da Cidade: ladeira da Misericórdia, ladeira da Conceição, Terreiro, rua Direita das Portas do Carmo, São Bento, Rua Direita do Palácio, Maciel, Preguiça, rua do Tijolo, Saúde, Trapiche do Azeite, Barroquinha, Rua do Passo, do Colégio, etc, sendo que vários se encontravam na ladeira do Carmo e da Misericórdia.

As cartas de examinações não foram mais registradas a partir de 1819, as eleições aparecem até 1814 e as licenças até 1831⁷⁸ de forma que, desse período em diante, se tem poucas informações a respeito desses profissionais.

No *Diário da Bahia*, dos dias 1º e 4 de maio de 1879, constam das listas de eleitores, para o referido ano, muitos marceneiros, distribuídos pelos vários quarteirões da cidade. Para o fim do século XIX, os *Arrolamentos das Casas de Negócio*⁷⁹, fornecem algumas informações acerca de depósito de móveis, bazares de móveis novos e usados e oficinas de marceneiros, bem como o *Almanak Administrativo, Indicador, Noticioso Comercial e Literário do Estado da Bahia*, para os anos de 1898 e 1903, que trazem algumas indicações, cujas informações estão sendo levantadas.

Sem o registro formal desses profissionais, e o trabalho liberal, tornam falhas as informações sobre eles, a partir dos meados do século XIX até o XX.

⁷⁴ Licença em 1820-1821. LICENÇAS (1820-1829), L.º 227, A.P.M.S.

⁷⁵ Licença em 1822. IDEM.

⁷⁶ Esse sistema de arruação foi adotado em Lisboa, tendo em vista se facilitar a fiscalização, efetuada pelos juizes, nas tendas dos oficiais. Para Lisboa ver LANGHANS, F-P. *As corporações...* v. 1, p. 8.

⁷⁷ Os ferreiros e caldeiros desde o Trapiche do Azeite até o Hospício dos Padres de São Felipe Néri, os negociantes de atacado ou retalho, *promiscuamente*, desde a Alfândega até a Igreja do Pilar, na Cidade Baixa e, na Alta, desde as Portas de São Bento até as Portas do Carmo pela Rua direita e do Taboão até a *Rua nova que Se esta fazendo*; os latoeiros, funileiros, douradores e pixileiros no principio da ladeira das Portas do Carmo até a Cruz do Pascoal; os mestres das tendas de barbeiro *que ensinão a tocar instrumentos*, no principio da Ladeira do Álvaro (Alvo), e bairro da Saúde; os tanoeiros na Rua dos Coqueiros; os tabaqueiros na Rua do Passo; os alfaiates, seleiros e sapateiros na rua que vem das Portas de São Bento até as Portas do Carmo por detrás da Nossa Senhora da Ajuda... Postura 33, 1785, L.º 4º, no livro de POSTURAS (1650-1787), L.º 236, A.P.M.S., fl. 134.

⁷⁸ Os registos desses documentos sofreram várias interrupções, havendo periodos dos quais não se pode levantar os nomes dos artifices.

⁷⁹ No Arquivo Público do Estado da Bahia.